



Sumário

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	12
3 Domínio da ortografia oficial.	33
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	49
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	62
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.	75
5.1 Emprego das classes de palavras.	82
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	117
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	129
5.5 Concordância verbal e nominal.	137
5.6 Regência verbal e nominal.	153
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	164
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	172
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	179
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	195
7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.	207

Raciocínio Lógico

Problemas de raciocínio lógico envolvendo os seguintes assuntos: estruturas lógicas.....	1
Lógica de argumentação.....	19
Diagramas lógicos	31
Tautologias	36
Proposições.....	38
Teoria dos conjuntos.....	38
Análise combinatória.....	49
Noções de estatística e probabilidade.....	60

Noções de Informática

1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).	1
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes BrOffice e Microsoft Office - Excel e PowerPoint).....	96

3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.6 Redes sociais. 3.7 Computação na nuvem (cloud computing).	283
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas...	425
5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	441

Noções de Direito Penal

1 Princípios básicos	1
Crime e Contravenção Penal.	10
2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 2.5 Pena cumprida no estrangeiro. 2.6 Eficácia da sentença estrangeira. 2.7 Contagem de prazo. 2.8 Frações não computáveis da pena.	12
2.9 Interpretação da lei penal. 2.10 Analogia. 2.11 Irretroatividade da lei penal.	21
2.12 Conflito aparente de normas penais.	25
3 O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Pena da tentativa.	28
3.3 Concurso de crimes.	40
3.4 Ilícitude e causas de exclusão. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade. 3.6.1 Elementos e causas de exclusão. 4 Imputabilidade penal.	45
5 Concurso de pessoas.	61
6 Crimes contra a pessoa.	67
7 Crimes contra o patrimônio.	106
8 Crimes contra a dignidade sexual.	141
9 Crimes contra a fé pública.	162
10 Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça.	184
11 Lei no 8.072/1990 (delitos hediondos).	229
Abuso de Autoridade (Lei no 4.898/1965).	234
Lei de Tortura (Lei no 9.455/1997).	240
Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990).	245
Estatuto do Desarmamento (Lei no 10.826/2003).....	252
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei no 9.605/1998).	265
Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006).	281
Lei de Drogas (Lei no 11.343/2006).	291
Lavagem de Dinheiro (Lei no 9.613/1998 e suas alterações).	308
12 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.	318

Noções de Direito Processual Penal

1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	1
2 Inquérito policial.	15
3 Ação penal.	28
4 Competência.	39
5 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão.	48
5.1 Interceptação telefônica (Lei no 9.296/1996).	70
6 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.	75

7 Prisão e liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão. 7.1 Lei no 7.960/1989 (prisão temporária).	87
8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.	96
9 Habeas corpus e seu processo.	100
Juizados Especiais Criminais (Lei no 9.099/1995).	107
Investigação Criminal (Lei no 12.830/2013).	118
Organizações Criminosas (Lei no 12.850/2013).	123
10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.	140

Noções de Direito Constitucional

1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais.	1
1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.	8
2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas.	15
3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.	20
3.2 Remédios Constitucionais.	63
4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.	77
5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.	99
6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.	115
7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.	125
8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências.	162
9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2 Defensoria Pública.	188
9.3 Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas.	200

Noções de Direito Administrativo

1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.	1
2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.	8
3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.	13
4 Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.	30
5 Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.	41
6 Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso.	55
7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios.	65
8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 8.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.	76
9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo.	98
9.4 Improbidade administrativa: Lei no 8.429/1992.	111
10 Processo administrativo. 10.1 Lei no 9.784/1999.	122

11 Licitações e contratos administrativos. 11.1 Legislação pertinente. 11.1.1 Lei no 8.666/1993 e suas alterações.	142
11.1.2 Lei no 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.	220
11.1.3 Decreto no 7.892/2013 (sistema de registro de preços).	249
11.1.4 Lei no 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).	260
Decreto no 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP no 507/2011 e suas alterações.	286
11.2 Fundamentos constitucionais.	336

Noções de Legislação de Trânsito

1 Lei no 9.503/1997 e suas alterações (institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB).	1
2 Decreto nº 4.711/2003 (dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT). ..	107
3 Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações: 04/1998;	108
14/1998;	110
24/1998;	115
26/1998;	116
32/1998;	117
36/1998;	118
92/1999;	119
110/2000;	130
160/2004;	131
197/2006;	190
205/2006;	192
210/2006;	193
211/2006;	196
216/2006;	204
227/2007 (exceto os seus anexos);	206
231/2007;	208
242/2007;	214
253/2007;	215
254/2007;	216
258/2007;	219
268/2008;	222
273/2008;	223
277/2008;	224
289/2008;	227
290/2008;	228
292/2008;	231
349/2010;	236
356/2010;	239
360/2010;	247
371/2010 (exceto as fichas);	248
396/2011;	249
432/2013;	257
441/2013;	260
453/2013;	262
471/2013;	268
508/2014;	269
520/2015;	271
525/2015;	276
552/2015;	281
561/2015 (exceto as fichas);	288
573/2015;	295
598/2016;	297
619/2016;	308
624/2016;	317
643/2016;	318

720/2017;	324
723/2018;	325
735/2018.	331